

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.545.268 - RS (2015/0183658-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
EMBARGANTE : LILIA MARIA VARGAS
ADVOGADOS : CLÁUDIO SANTOS DA SILVA - DF010081
FRANCIS CAMPOS BORDAS - RS029219
ADRIANE KUSLER - RS044970B
ADRIANO HAGEMANN - RS041886
MAURO BORGES LOCH E OUTRO(S) - RS066815A
EMBARGADO : UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA DE MÉRITO. VÍCIOS DE INTEGRAÇÃO NÃO CONFIGURADOS. EMBARGOS NÃO CONHECIDOS.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Lilia Maria Vargas em face de decisão assim ementada (e-STJ fls. 1.234-1.237):

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. REVISÃO DE APOSENTADORIA. AUSÊNCIA DE REGISTRO PELO TCU. DECADÊNCIA. AFASTAMENTO. ATO COMPLEXO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ E DO STF. RECURSO PROVIDO.

Nos presentes aclaratórios, a embargante alega que a decisão embargada é omissa pois o recurso especial não poderia ter sido conhecido, devendo terem sido aplicadas as Súmulas 7/STJ e 283/STF. Argumenta, ainda, que, "mesmo se considerando que o ato de concessão de aposentadoria seja complexo, o que se admite apenas por amor ao debate, **há que se respeitar os princípios da segurança jurídica, da proteção da confiança do administrado e da razoável duração do processo**" (e-STJ fl. 1.243, grifo no original).

Não houve impugnação aos embargos (e-STJ fl. 1.252).

É o relatório. Decido.

Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

Sob esse enfoque, os presentes embargos declaratórios não merecem acolhimento, porquanto não evidenciada a ocorrência dos vícios apontados pela embargante.

O inconformismo da parte com a decisão embargada deve ser manifestado através do recurso próprio.

Desse modo, a decisão embargada não contém nenhuma omissão, obscuridade ou

Superior Tribunal de Justiça

contradição.

No mais, constata-se que todas as alegações trazidas nos embargos de declaração dizem respeito ao mérito da demanda, o que não pode ser objeto de reanálise em sede de embargos de declaração.

Advirta-se, por fim, que eventual oposição de novos embargos de declaração sem argumentação plausível para o recurso, apenas para solicitar rejugamento da controvérsia, pode ensejar a aplicação da multa prevista no artigo 1.026, § 2º, do CPC/2015.

Ante o exposto, **não conheço** dos embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

